

5. Clonando um Documento Eletrônico

Atenção Antes de Usar a Clonagem de Documentos:

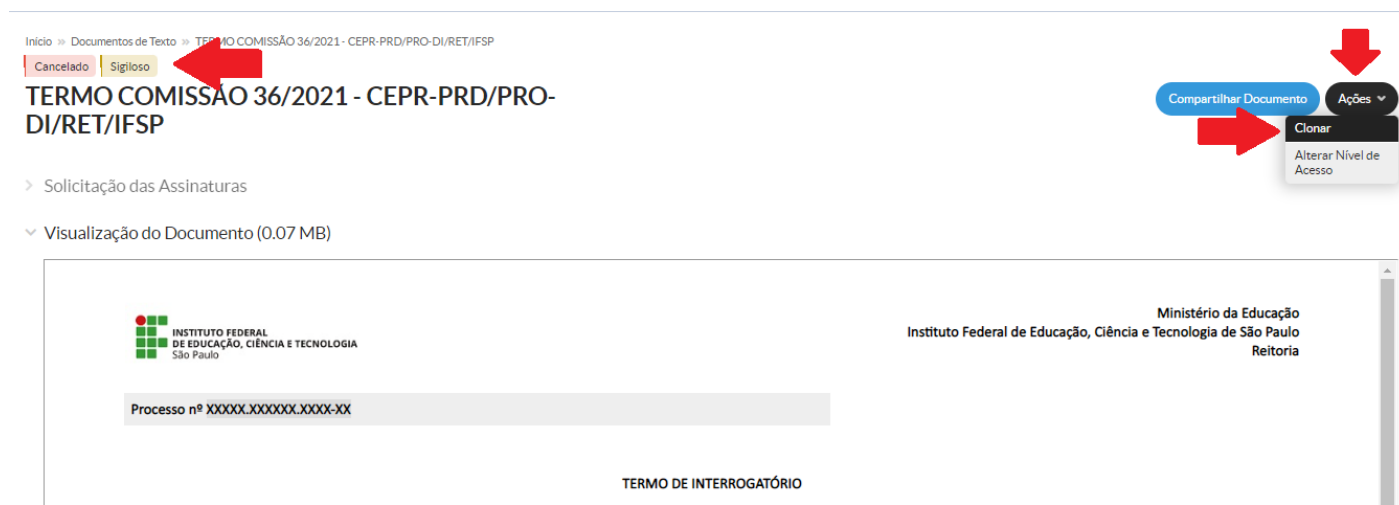
Ao optar por clonar um documento eletrônico, é crucial verificar se o documento original foi criado a partir da última versão do modelo no sistema. A clonagem pode ser extremamente útil e eficiente, contanto que o documento base esteja atualizado. Se você busca garantir que o conteúdo esteja de acordo com as últimas atualizações de conteúdo ou legislação, opte por criar um novo documento diretamente a partir do modelo original, especialmente se houve recentes atualizações feitas pelo gestor do modelo.

Um documento pode ser clonado em qualquer status em que ele se encontre.

No exemplo a seguir, clonaremos um documento **Cancelado** com **Nível de Acesso Sigiloso**.

5.1. Acessar o documento a ser clonado:

Figura - 1



5.2. Clicar no botão "Ações" e clicar em "Clonar":

O sistema cria um documento de texto com o conteúdo do documento que foi clonado.

- Ao clicar em **Clonar** abre-se a tela para alteração dos dados básicos do novo documento eletrônico:

Figura - 2

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

The form contains the following fields and values:

- Nível de Acesso:** Sigiloso
- Hipótese Legal:** (empty)
- Setor Dono:** (empty)
- Assunto:** TERMO - INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA

Below the subject field, it indicates "212 caractere(s) restante(s)". A green "Salvar" button is located at the bottom left.

5.3. Caso necessite alterar o nível de acesso, clicar no campo **Nível de Acesso** para abrir a lista de opções:

Só é possível alterar o nível de acesso se a opção para a qual se deseja alterar estiver ativa para o modelo de documento eletrônico correspondente ao documento que está sendo elaborado.

- Neste exemplo, vamos alterar o Nível de Acesso para Restrito:

Figura - 3

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

The form is identical to Figure 2, but the "Nível de Acesso" dropdown menu is open, showing three options: "Sigiloso", "Restrito", and "Público". A red arrow points to the dropdown arrow. The "Restrito" option is highlighted in blue. The other fields and the "Salvar" button remain the same.

- Clicar sobre o Nível de Acesso desejado para fixá-lo no campo:

Figura - 3.1

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: *
Sigiloso
Restrito
Público

Hipótese Legal: *
A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Setor Dono: *

Assunto: *
TERMO - INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA

212 caractere(s) restante(s)

Salvar

- Nível de Acesso fixado no campo:

Figura - 3.2

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: *
Restrito

Hipótese Legal: *
A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Setor Dono: *

Assunto: *
TERMO - INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA

212 caractere(s) restante(s)

Salvar

5.4. Escolher a Hipótese Legal:

Quando o nível de acesso for **Sigiloso ou Restrito**, é obrigatório o preenchimento do campo "**Hipótese Legal**". Escolha a hipótese legal condizente com o conteúdo do documento.

- Clicar no campo Hipótese Legal:

Figura - 4

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: **Restrito**

Hipótese Legal: **Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)**

Atividade Empresarial - cuja divulgação possa representar vantagem competitiva e outros agentes econômicos (Art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.724/2012)
Atividades de inteligência - por em risco a investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações (Art. 23, VIII, da Lei nº 12.527/2011)
Controle Interno - atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão (Art. 26, § 3º, da Lei nº 10.180/2001)
Direito Autoral - conservar a obra inédita (Art. 24, III, da Lei nº 9.610/1998)
Documento Preparatório - documentos de tomada de decisão ou do ato administrativo. (Art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011)
Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
Informação Privilegiada de Sociedades Anônimas - guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado (Art. 155, § 2º, da Lei nº 6.404/1976)
Interceptações de Comunicações Telefônicas - preservar o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas. (Art. 8º, caput, da Lei nº 9.296/1996)
Investigação e Fiscalização em andamento - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares (Art. 23, VII da Lei nº 12.527/2011)
Investigação/Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Art. 88-I, § 3º, da Lei nº 7.565/1986)
Livros e Registros Contábeis Empresariais (Art. 1.190 do Código Civil)
Operações Bancárias - as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados. (Art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001)
Por em risco a defesa e a soberania nacional (Art. 23, I da Lei 12.527/2011)
Prejudicar ou causar risco a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional (Art. 23, VI, da Lei nº 12.527/2011)
Processo Administrativo Disciplinar (PAD) (Art. 4º, §1º, do Decreto nº 8.420/2015)
Processo Administrativo Disciplinar (PAD) (Art. 4º, §1º, do Decreto nº 8.420/2015)
Proteção da Propriedade Intelectual de Software - proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização. (Art. 2º da Lei nº 9.609/1998)

Salvar

- Clicar sobre a hipótese legal, que justifica a restrição do nível de acesso ao documento, para fixá-la no campo:

Figura 4.1

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: **Restrito**

Hipótese Legal: **Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)**

Atividade Empresarial - cuja divulgação possa representar vantagem competitiva e outros agentes econômicos (Art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.724/2012)
Atividades de inteligência - por em risco a investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações (Art. 23, VIII, da Lei nº 12.527/2011)
Controle Interno - atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão (Art. 26, § 3º, da Lei nº 10.180/2001)
Direito Autoral - conservar a obra inédita (Art. 24, III, da Lei nº 9.610/1998)
Documento Preparatório - documentos de tomada de decisão ou do ato administrativo. (Art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527/2011)
Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
Informação Privilegiada de Sociedades Anônimas - guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado (Art. 155, § 2º, da Lei nº 6.404/1976)
Interceptações de Comunicações Telefônicas - preservar o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas. (Art. 8º, caput, da Lei nº 9.296/1996)
Investigação e Fiscalização em andamento - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares (Art. 23, VII da Lei nº 12.527/2011)
Investigação/Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Art. 88-I, § 3º, da Lei nº 7.565/1986)
Livros e Registros Contábeis Empresariais (Art. 1.190 do Código Civil)
Operações Bancárias - as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados. (Art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001)
Por em risco a defesa e a soberania nacional (Art. 23, I da Lei 12.527/2011)
Prejudicar ou causar risco a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional (Art. 23, VI, da Lei nº 12.527/2011)
Processo Administrativo Disciplinar (PAD) (Art. 4º, §1º, do Decreto nº 8.420/2015)
Processo Administrativo Disciplinar (PAD) (Art. 4º, §1º, do Decreto nº 8.420/2015)
Proteção da Propriedade Intelectual de Software - proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização. (Art. 2º da Lei nº 9.609/1998)

Salvar

- Hipótese Legal fixada no campo:

Figura - 4.2

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: **Restrito**

Hipótese Legal: **Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)**

A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Sector Dono: **Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)**

Assunto: **TERMO - INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA**

212 caractere(s) restante(s)

Salvar

5.5. Escolher o Setor Dono

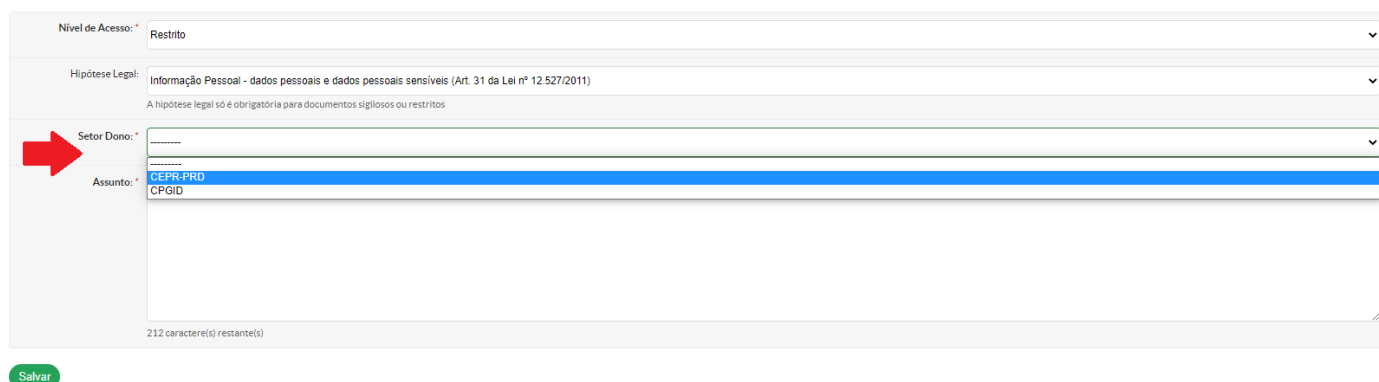
Setor dono se refere à área em que o documento está sendo criado, que é a área do usuário que está elaborando o documento.

Este campo geralmente já vem informado. Porém, caso o usuário participe, por exemplo, de alguma comissão, abrirá a lista de setores aos quais ele está vinculado, para que faça a escolha da área pertinente ao documento.

- **Clicar sobre o setor:**


Figura - 5

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP



Nível de Acesso: Restrito

Hipótese Legal: Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Setor Dono: 

Assunto: **CEPR-PRD**
CPGID

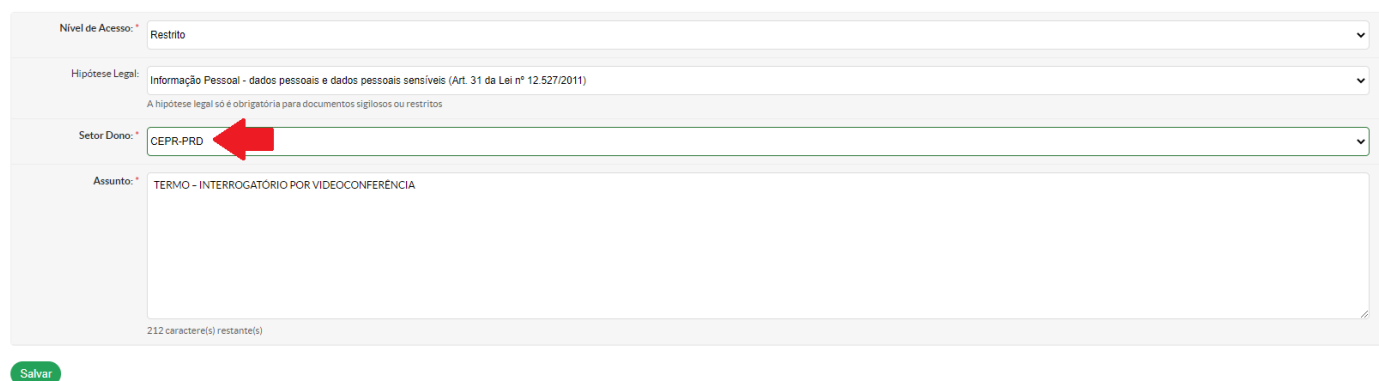
212 caractere(s) restante(s)

Salvar

- O setor escolhido será fixado no campo:


Figura - 5.1

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP



Nível de Acesso: Restrito

Hipótese Legal: Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Setor Dono: **CEPR-PRD** 

Assunto: TERMO - INTERROGATORIO POR VIDEOCONFERENCIA

212 caractere(s) restante(s)

Salvar

5.6 - Ajustar o campo Assunto, se for o caso:

Figura - 6

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: *
Restrito

Hipótese Legal: *
Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Setor Dono: *
CEPR-PRD

Assunto: *
TERMO - INTERROGATORIO POR VIDEOCONFERÊNCIA - REALIZADO EM 25/07/2024

186 caractere(s) restante(s)

Salvar

5.7 - Conferir o preenchimento dos campos e Salvar:

Figura - 7

Clonar o Documento TERMO COMISSÃO 36/2021 - CEPR-PRD/PRO-DI/RET/IFSP

Nível de Acesso: *
Restrito

Hipótese Legal: *
Informação Pessoal - dados pessoais e dados pessoais sensíveis (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
A hipótese legal só é obrigatória para documentos sigilosos ou restritos

Setor Dono: *
CEPR-PRD

Assunto: *
TERMO - INTERROGATORIO POR VIDEOCONFERÊNCIA - REALIZADO EM 25/07/2024

186 caractere(s) restante(s)

Salvar

Ao salvar, o sistema atribuirá o número sequencial do documento dentro do Módulo de Documentos Eletrônicos e dará acesso ao corpo do documento para adequação do texto e demais ações para conclusão, assinatura e finalização do novo documento.

Elaborado por: Regiani A. Silva (CEPR-PRD)

Revisado por:

IFSP/CEPR-PRD - Versão 01 - julho/2022

Revision #4

Created 13 June 2024 17:13:33 by Regiani Aparecida da Silva

Updated 4 August 2024 00:06:43 by Regiani Aparecida da Silva